

INTERVENÇÃO DE S. EXA. O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COMUNIDADES
PORTUGUESAS NO SEMINÁRIO SOBRE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES
DR. ANTÓNIO BRAGA

[Saudação à mesa]

Senhor Dr. Luís Nandin de Carvalho

[Presidente do IPUEL],

Senhores Deputados,

Minhas senhoras e meus senhores,

“Começo por agradecer o amável convite para participar neste seminário, não só para abordar um tema tão relevante para a sociedade dos nossos dias, como também pela oportunidade de poder regressar uma vez mais a esta casa.

A integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento é – mais do que um tema de reflexão – um processo vivo, complexo e multifacetado.

De acordo com o pensamento de vários autores europeus, podemos dizer que “integração” é um processo de aceitação, interacção, ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade de acolhimento, pelo qual, ao longo do tempo, as comunidades recém-chegadas e a população da sociedade receptora formam um todo.

Note-se que este conceito abarca uma multiplicidade de intervenientes, como sejam – desde logo – as comunidades imigrantes, mas também os governos, instituições e comunidades locais, que desempenham um papel fundamental nesse processo. Deste modo, as formas de inserção dos imigrantes nas sociedades receptoras são processos dinâmicos, em permanente mudança, resultantes de influências bastante diversas ao nível da macro-estrutura económica, social, política e institucional, dos países de destino no momento da migração e das especificidades dos contextos locais dos territórios onde se fixam.

Daqui resulta que as formas de incorporação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento são bastante mais complexas do que a simples oposição entre regimes nacionais assimilacionistas e multiculturalistas poderia fazer crer.

As trajectórias de integração dos imigrantes são processos de adaptação criativa às condições de vida locais e à (re)construção colectiva dos territórios onde vivem, envolvendo um processo de aprendizagem

mútua, feito de cooperação, diálogo, conflito, troca de saberes, experiências e práticas culturais entre indivíduos, grupos sociais ou comunidades étnicas que partilham o mesmo espaço geográfico.

As grandes cidades europeias têm sido, ao longo da História, os principais destinos dos imigrantes internacionais.

Paris, por exemplo, tem actualmente cerca de 600 mil portugueses resultado da forte corrente migratória das décadas de sessenta e setenta. Mas hoje Londres é igualmente um destino procurado por portugueses e estima-se que haverá cerca de 150 mil portugueses nessa grande metrópole.

Apesar da aceleração do crescimento dos fluxos migratórios e da tendência para o aumento da sua dispersão geográfica, à medida que se aprofunda o processo de globalização económica, continua a verificar-se uma forte metropolização das migrações internacionais o que, conseqüentemente, torna as grandes metrópoles cada vez mais multiétnicas e multi-raciais.

A gestão eficiente desta diversidade económica, social e cultural, potenciadora de conflitos, mas também de inovação social, constitui um dos desafios mais importantes que se colocam à sustentabilidade das cidades do futuro, aos quais os governos têm de saber dar uma resposta adequada. A intervenção do sistema político local e o combate aos preconceitos da sociedade relativamente aos imigrantes e minorias étnicas são factores decisivos para uma integração bem-sucedida. Contudo, sem aceitação da sociedade de acolhimento, quaisquer que sejam as políticas de integração estão votadas ao insucesso.

Olhando para o continente europeu, raras são as Presidências da União Europeia em que este tema da imigração não figure em destaque. Uma das razões pelas quais passou a fazer todo o sentido a existência de uma política europeia de imigração – paralelamente ao facto da inexistência do controlo de fronteiras dentro do espaço Schengen – é a constatação de que os países da União se terem tornado países de imigração.

Perante este facto, certos movimentos de diversos quadrantes políticos criaram o mito de que a imigração veio retirar postos de trabalho aos nacionais desse País, embora os dados estatísticos disponíveis apontem

no sentido diametralmente oposto: os imigrantes vêm trabalhar em segmentos de mercado que não interessam aos trabalhadores locais.

Outro dos argumentos invocados a propósito deste tema, sobretudo por alguns sectores mais conservadores, é aquele segundo o qual, em vez de permitir a entrada e integração de imigrantes, devíamos fomentar a natalidade.

Ora, no seguimento daquilo que anteriormente foi dito, não está garantido que o fomento da natalidade a nível europeu tivesse como consequência a resposta à procura de mão-de-obra em segmentos não qualificados, pelo que o cenário mais que provável é a Europa continuar a ter imigrantes para suprimir carências ao nível do trabalho não qualificado, mas também – e cada vez mais – para alguns sectores qualificados.

Por outro lado, convém não esquecer que a promoção da imigração não pode deixar (também) de ser vista como necessária para combater o problema que o envelhecimento da população europeia acarreta para os sistemas de segurança social. Os dados disponíveis indicam que a imigração, mesmo que de forma ligeira, contribui para atenuar este problema. Aliás, como disse – e bem – o Sr. Primeiro-Ministro há dias no Fórum Gulbenkian Imigração *“(...) é inegável a importância da imigração para a sustentabilidade da economia europeia”*.

Mas, se do ponto de vista económico o fenómeno da imigração é vantajoso, o que dizer do ponto de vista social e cultural? Se até há décadas o principal foco de diferença nas sociedades europeias era do das classes sociais, hoje passou a ser o das etnias.

Neste ponto há uma pedagogia a fazer por parte das classes políticas europeias, demonstrando, por um lado, que as nossas sociedades se tornaram, de facto, mais diversas e heterogéneas, mas que isso não é negativo, desde que – como é óbvio – se coloquem alguns limites ao multiculturalismo, onde o respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos assume um papel preponderante.

Nos últimos anos, verificamos que a Europa tem tido uma política activa ao nível do combate à imigração clandestina, da imigração dita “humanitária” e menos interventiva ao nível da “imigração económica”, deixando para os Estados-membros a decisão de quantos devem imigrar e para que áreas. Não é expectável a breve trecho, no meu ponto de vista, a criação de quotas de imigrantes determinadas em Bruxelas, mas

quando muito, a harmonização de alguns aspectos do processo de admissão.

Olhando agora um pouco para o nosso País, podemos dizer que a experiência de Portugal como país de imigração é um fenómeno ainda recente. No entanto, verificamos que o padrão geográfico de implantação dos imigrantes apresenta igualmente uma forte polarização nas aglomerações urbanas mais importantes, com particular destaque para a Área Metropolitana de Lisboa. De acordo com os alguns dados disponíveis, residem nesta região cerca de 55,5% do total de cidadãos estrangeiros recenseados em Portugal, o que equivale a 4,7 % dos habitantes da aglomeração urbana da Capital. A opinião pública portuguesa sente já a imigração na vida de todos os dias.

Tradicionalmente País de emigração, foi apenas a partir de meados dos anos setenta que Portugal passou de fornecedor de mão-de-obra à Europa desenvolvida, a país de acolhimento de trabalhadores estrangeiros. Contudo, à semelhança do que aconteceu noutros países da Europa do Sul no último quartel do Séc. XX, registou-se uma profunda alteração deste panorama, através de um assinalável aumento da imigração dos Países Africanos de Língua Portuguesa, Brasil e, mais recentemente, dos países da Europa de Leste e da ex-URSS.

Esta vaga imigratória dos últimos anos caracteriza-se não só pela diversificação das origens geográficas, como também pelas diferenças relativas aos níveis de qualificação dos imigrantes e pela inserção sectorial no mercado de trabalho. Além disso, a entrada nesta nova fase da história da imigração para Portugal revela também a substituição do processo migratório tradicional das comunidades africanas, suportado por estratégias de organização em redes sociais, de familiares e amigos, por um sistema organizado por redes ilegais de tráfico de mão-de-obra, que deve ser ferozmente combatido, mas cujos resultados positivos tardam em aparecer.

Consequentemente, uma política de imigração verdadeiramente eficaz tem de ter em atenção não só os necessários mecanismos de integração e aculturação, por forma a evitar situações de exclusão - não só de alguns grupos de imigrantes e de minorias étnicas, mas também de outros grupos de risco - como também de combate às redes ilegais de tráfico de mão-de-obra. É isso que este Governo tem tentado, apoiado igualmente na sociedade civil.

Neste sentido, foi no passado dia 8 de Março aprovado o Plano para a Integração de Imigrantes, que assenta sobretudo em cinco vectores que gostaria de salientar: o controlo dos fluxos migratórios e a ajuda ao desenvolvimento dos países de origem; o combate ao abandono e insucesso escolar, o reforço da formação profissional, ensino da língua portuguesa (que consideramos essencial em todo o processo de integração), e, por último, o acesso ao pleno exercício dos seus direitos individuais e sociais, nomeadamente nas áreas da saúde, habitação e justiça.

A chave para evitar os mecanismos de exclusão dos imigrantes, minorias étnicas e de outros grupos de risco, reside em acções descentralizadas, fundadas no fortalecimento da sociedade civil, ao nível local, e também iremos apostar fortemente nesse campo.

Estamos convictos que este é o caminho correcto e que este Programa dará certamente os resultados que todos desejamos, pois é preciso encarar este fenómeno da imigração de forma positiva e numa perspectiva construtiva.

Tal como refere Amin Maalouf,¹ *“O país de acolhimento não é uma página em branco, nem uma página escrita. É uma página que se está a escrever”*.

Tenhamos, pois, nós todos, a coragem de ajudar a escrever essas páginas da nossa História colectiva.

Muito obrigado. “

Lisboa, 16 de Março de 2007

¹ Escritor Libanês